



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO I - ESTRUTURA FINANCEIRA

Sigla:	TJPA
Nome do Órgão:	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Autoridade Máxima:	Desª Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Responsável pela Informação:	Departamento Financeiro
Mês de Referência (MM/AAAA):	Outubro de 2023
Data da Publicação:	14/11/2023

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos		Out
Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
I-A	despesas com pessoal ativo	273.884.040,21
I-B	despesas com pessoal inativo e pensões*	0,00
I-C	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	17.072.827,41
I-D	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência ⁽¹⁾	0,00
	TOTAL	290.956.867,62

Inciso II – Outras Despesas de Custeio		Out
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
II-A	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	4.257.645,60
II-B	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	50.828.165,98
II-C	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	0,00
II-D	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	0,00
II-E	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	915.363,59
II-F	Passagens e despesas com locomoção	254.290,42
II-G	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	0,00
II-H	aluguel de imóveis	420.436,46
II-I	Serviços de água e esgoto	174.184,43
II-J	Serviços de energia elétrica	1.169.954,10
II-K	Serviços de telecomunicações	578.647,03
II-L	Serviços de comunicação em geral	58.851,20
II-M	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	3.989.356,31
II-N	serviços de limpeza e conservação	3.210.936,92
II-O	serviços de vigilância armada e desarmada	719.598,24
II-P	Serviços de publicidade	78.320,01
II-Q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”	171.145,36
II-R	Serviços de seleção e treinamento	140.452,33
II-S	Aquisição de material de expediente	16.156,65
II-T	aquisição de material de processamento de dados e de software	220.396,00
II-U	aquisição de material bibliográfico	0,00
II-V	aquisição de combustíveis e lubrificantes	286.357,27
II-W	aquisição de gêneros alimentícios	11.598,48
II-X	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas ‘s’ a ‘w’	265.885,07
II-Y	serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	2.217.471,72
II-Z	demais despesas de custeio	9.572.229,78
	TOTAL	79.557.442,95

Inciso III – Despesas com Investimentos		Out
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
III-A	Construção e reforma de imóveis	1.048.488,92
III-B	Aquisição de Material Permanente - Veículos	0,00
III-C	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	34.920,00
III-D	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	0,00
III-E	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	640.517,93
	TOTAL	1.723.926,85

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras **		Out
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
IV-A	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	0,00
IV-B	Outras inversões	0,00
	TOTAL	0,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou Sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de		Out
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
V-A	Pessoal e Encargos ⁽²⁾	156.372.366,85
V-B	Custeio ⁽³⁾	16.033.071,40
V-C	Investimento	0,00
V-D	Inversões Financeiras	0,00
	TOTAL	172.405.438,25

Inciso VI – Receitas		Out
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
VI-A	Recursos a título de Custas Judiciais	8.968.652,30
VI-B	Recursos a título de Taxas Judiciárias	4.822.843,39
VI-C	Recursos a título de Serviços extrajudiciários	8.461.918,31
VI-D	Demais recursos conforme Previsão em leis específicas ⁽⁴⁾	11.727.364,61
	TOTAL	33.980.778,61

* Fonte: SIAFEM e Demonstrativos do IGEPREV

** Não Houve Pagamento

(1) - As despesas referidas não estão preenchidas dado que o único precatório existente em que figuram como credores servidores deste Tribunal, consta como órgão devedor o Estado do Pará, portanto a situação não se enquadra na hipótese aventada.

(2) - Repasse efetivado pelo Estado, conforme percentual da Receita do Tesouro definido na Lei de Diretriz Orçamentária de cada exercício e sua aplicação de acordo com a estrutura programática aprovada nas Leis Orçamentárias Anuais.

(3) - Repasse referente ao imposto de renda retido na fonte.

(4) - Receitas referentes à rendimentos sobre depósitos judiciais, rendimentos sobre aplicações, aluguéis, multas, exercícios anteriores e depósitos judiciais, conforme a Lei nº 6.750/05.

(5) - Em Outubro/2023 houve um aumento do Grupo de Despesa com Pessoal, em razão do pagamento de Indenização de Licença Prêmio, conforme a Lei nº 9.754/2022 e Portaria nº 4.777/2022-GP.